

Branquitude, esse *Unheimlich* que nos habita

Andréa B. C. Mongeló¹

RESUMO O presente artigo busca apresentar algumas considerações sobre o conceito de branquitude, bem como ele se inter-relaciona com os conceitos de raça e racismo. Em seguida, será proposta uma interlocução com a psicanálise, mais especificamente através do texto de Freud, *Das Unheimlich*, de 1919.

PALAVRAS-CHAVE Branquitude; raça; racismo; psicanálise.

Introdução

A discussão sobre as questões que envolvem o racismo vem crescendo e tomando um lugar ainda mais central de debate a partir de situações vividas na cultura. A maioria dos estudos sobre o tema tem como objeto o sujeito negro e os inúmeros efeitos que o racismo provoca nesses. Estudos fundamentais, muitos deles escritos há bastante tempo, e referência para estudiosos do tema, como os de Frantz Fanon, Lélia Gonzales, Neusa Santos e Souza e outros mais contemporâneos, como os de Grada Kilomba, vêm sendo, dia após dia, descobertos ou re-descobertos. E a importância de se debruçar sobre esses autores é inquestionável.

Mas também é importante olhar para esse tema a partir de outro ângulo, não somente do negro, mas do branco em seu lugar de perpetuador e criador do racismo. Fazer uma torção na epistemologia dos estudos sobre as relações raciais brasileiras, colocando o foco na branquitude. Os que sofrem o preconceito já dedicam muito tempo de sua vida a enfrentar e desenvolver formas de sobrevivência ao racismo cotidiano. É necessário discutir a branquitude, parte constituinte das relações raciais.

Ao pesquisar sobre o tema, encontro muitos autores, psicanalistas e psicólogos, que se dedicaram ao tema da branquitude, mas permanecem ainda

1. Psicanalista. Membro efetivo da Sigmund Freud Associação Psicanalítica de Porto Alegre.

pouco conhecidos. Talvez isso mostre o quanto as questões raciais são pensadas somente pelo viés do negro.

Para Maria Aparecida Bento (2002), os brancos sempre ficaram invisíveis no processo de compreensão das relações raciais no Brasil, sendo este tema tratado como um problema dos negros. Ela concebeu o conceito de *pacto narcísico branco*, como forma de apontar o quanto o branco se exime do seu lugar na discussão sobre o racismo. Resignificar o branco para ele mesmo, e para os negros, é um campo de discussão fundamental no debate racial para essa autora.

Outra autora que compartilha dessa perspectiva é Djamila Ribeiro (2019), assinalando que as pessoas brancas não têm o hábito de pensar no significado de pertencer a esse grupo, pois o debate racial é sempre voltado para a negritude.

Todas essas percepções me fazem pensar na importância de debater o lugar do branco e seu papel no debate racial para uma mudança nas estruturas sociais, já que o racismo está entranhado nelas.

Neste artigo, vou abordar a questão da branquitude, e do quanto ela nos traz – a nós, os brancos, talvez não todos, mas ainda uma maioria – uma sensação de estranhamento, ao nos pensarmos nesse lugar privilegiado e de poder, que contribui para a manutenção do racismo na sociedade. Ao investigar essa perspectiva do branco, me remeto ao conceito de *Unheimlich* de Freud, de uma inquietante estranheza.

Fazer um entrelaçamento do tema do racismo com a psicanálise é minha proposta, que pretende produzir perguntas, mais do que necessariamente trazer confirmações. Muitos dos conceitos que me utilizarei são da sociologia e da psicologia social e, a partir desses, buscarei uma aproximação com a psicanálise. Esse embate epistêmico não tem como propósito validar uma ou outra, aliás, nem sei se pode ser chamado de embate, mas busca produzir uma interlocução que possa acrescentar questões a um debate extremamente necessário.

A questão da raça e do racismo

“O racismo e o colonialismo deveriam ser entendidos como modos socialmente gerados de ver o mundo e viver nele.”

(Frantz Fanon, 1952/2008)

Mesmo que este artigo não se proponha a aprofundar o debate sobre raça ou racialização, entendo como necessário, ao menos, delimitar conceitos, fazendo-lhes alusão.

Em seu livro “Entre o encardido, o branco e o branquíssimo”, Lia Vainer Schucman (2020) apresenta suas ideias sobre o conceito de raça, como originário de um tempo histórico e de uma sociedade, que faz uma atribuição de sentido sobre os corpos, ligada a um processo histórico de dominação. Para a autora, raça é um conceito geopolítico, “já que as identidades são relacionais e contingentes”(p.94) e não biológico, como por vezes quis parecer que fosse o discurso corrente. A colonização das Américas, a exploração dos indígenas e a escravização negra fazem parte de uma história social. Segundo ela, há uma tentativa de naturalizar essa história, através da ideia de que há raças superiores e inferiores e, por isso, as inferiores foram escravizadas e colonizadas. O conceito de raça surge, então, para justificar a dominação dos brancos europeus sobre os outros povos.

O processo de racialização se dá, portanto, a partir do branco sobre o outro, seja ele negro, índio ou escravo, não percebido como sujeito, o que serve para justificar a desumanização e a coisificação. E, assim, permite aos colonizadores se colocarem como ponto de referência, a partir do qual irão legitimar sua superioridade. Temos colocada então a ideia de que os negros e os indígenas possuem uma raça e os brancos estão no lugar de representantes de uma norma da humanidade.

É a partir da nomeação que o branco faz do outro que o processo de racialização se inicia. Mas o branco não percebe que, ao racializar os outros, automaticamente ele está se racializando (Schucman, 2020). Ao produzir o negro e o indígena, por exemplo, ele produz o branco também, uma vez que esse é um processo relacional. Só que essa produção se dá de forma diferente, já que sempre foi o branco que atribuiu os sentidos para quem é o negro, para quem é o indígena. Ser racializado, segundo a autora, diz respeito a ser aquele a que outros grupos atribuem sentidos. E isso não se dá com o branco, já que a ele ninguém atribui sentido, o que nos leva a pensar que esse talvez seja o motivo de o branco não se perceber racializado, pelo menos não até muito recentemente. Quem sabe até o surgimento do conceito de branquitude.

Esse processo de racialização sustentou durante muito tempo a ideia de raças e, principalmente, de superioridade de raças. Mas a ciência moderna faz cair por terra a ideia de raça sob uma perspectiva biológica, de que existem raças superiores baseadas em marcadores biológicos. Apesar disso, é possível afirmar, conforme Guimarães (1999), a existência de conceitos de raça “plena-mente existentes no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações dos seres humanos” (p. 153). Segundo o autor,

esses conceitos são muito eficazes para criar, manter e reproduzir diferenças e privilégios. Mesmo então não existindo sustentação biológica para o conceito de raça, ele permanece sob outros aspectos, e revela o lugar de poder daquele que nomeia e classifica o outro.

Outro autor que traz uma contribuição sobre os conceitos de raça e racismo é Silvio Almeida (2018). Indo de encontro à ideia de Guimarães (1999) e Schucman (2020), afirma que raça não é um conceito estático, mas que depende das relações dos grupos sociais. “Raça é uma relação social, o que significa dizer que a raça se manifesta em atos concretos ocorridos no interior de uma estrutura social marcada por conflitos antagônicos” (Almeida, 2018, p. 40). O racismo, para o autor, é estrutural, se apresentando como fenômeno que faz parte do próprio processo de constituição das relações sociais, sejam as do cotidiano ou das relações que formam o campo da política, da economia e até das ciências jurídicas. Diante dessa presença maciça nas relações, a responsabilização individual ou institucional por atos racistas não consegue eliminar a desigualdade racial.

Podemos aqui acrescentar mais um aspecto, conforme Grada Kilomba (2019) e Neusa Santos Souza (1983/1990), que esse racismo estrutural incide sobre a subjetivação psíquica dos sujeitos. Alguém nomear o outro, ou seja, atribuir uma identidade que não é a que o próprio sujeito se coloca, mas é colocada por outro, revela as formas de poder atravessadas pelo conceito de raça. Classificar o outro, como podemos ver, é um lugar de poder.

O fato de os estudos sobre as relações raciais terem sido, em sua maioria, sobre os negros, ajuda a naturalizar a ideia de que quem tem raça é apenas o negro, excluindo a reflexão sobre o lugar do branco nesse processo, um lugar de fundamental importância, de vantagem estrutural. Podemos afirmar, sem tantas dúvidas, que o privilégio branco deixa a vida das pessoas brancas mais fácil, enquanto o racismo deixa a vida das pessoas negras muito mais difícil. Essas duas coisas caminham juntas, uma não existe sem a outra.

Mas, afinal, o que é a branquitude? E por que discuti-la?

Quem é que nomeou o outro indígena, negro? Os brancos, como viemos constatando desde o início deste artigo. E quais os efeitos dessa nomeação nos sujeitos brancos?

Como afirmou Schucman (2020), ao atribuir nome e sentidos a outros grupos, criando hierarquias, o branco reservou para si o lugar universal, supostamente neutro, mas que de neutralidade nunca teve nada. Pelo contrário, os

brancos construíram uma imagem de virtude e de valorização de seus saberes, de sua capacidade e de sua beleza como superiores a outros grupos, que foram tratados como exóticos, ou até primitivos, conforme Grada Kilomba (2019). Uma história criada e repetida tantas vezes, de maneira explícita ou implícita, que, durante muito tempo, quase todo mundo acreditou nela. E isso só foi possível, como também vimos anteriormente, através do poder – e um dos maiores poderes que o branco tem, e que tem a ver com o racismo estrutural, é o poder de produzir subjetividade no tecido social.

Os últimos séculos de domínio europeu e branco, carregados de colonialismo e escravidão, estabeleceram essa narrativa do branco como figura central e de referência. Discutir o que significa ser branco é reconhecer que a branquitude está atrelada a esses fatos. Difícil reconhecer que parte dessa identidade, história e memória esteja fundamentada em tantos males passados que, além de persistirem ainda hoje, permitem os privilégios da branquitude. Portanto, parece muito clara a importância de pensar o conceito de branquitude e suas implicações na manutenção do racismo.

Historicamente, o conceito surgiu da percepção da necessidade de analisar o papel dessa identidade racial branca como uma parte ativa das relações raciais marcadas pelo colonialismo europeu. Autores como Frantz Fanon (1952/2008) e Albert Memmi (1957/2007) são considerados precursores dos estudos sobre a branquitude, apontando para os efeitos da colonização e do racismo na subjetividade dos brancos. A partir dos anos 1990, essas reflexões tomaram força nos Estados Unidos em diferentes áreas, como o direito, a sociologia e a psicologia.

Segundo Cardoso (2008), “a formulação e a aplicação do conceito de branquitude alterou o modo como se pesquisava a categoria ‘raça’ na sociedade estadunidense” (p. 174). O branco passa a ser objeto de análise para compreensão de como se dão as dinâmicas nas relações raciais naquele país.

Mas, apesar de todos esses movimentos e estudos, o conceito de branquitude, visto como identidade racial do branco e nascido no contexto de colonização europeia, não é simples de definir.

Ruth Franckenberg (2004 apud Schucman, 2020) elencou oito elementos estruturais que auxiliam a compreensão do conceito:

1. A branquitude é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial.
2. A branquitude é um ‘ponto de vista’, um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais.
3. A branquitude é um locus de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes

não marcadas e não denominadas como nacionais ou ‘normativas’, em vez de especificativamente raciais. 4. A branquitude é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe. 5. Muitas vezes, a inclusão na categoria ‘branco’ é uma questão controvertida e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquitude *são* marcadores de fronteiras da própria categoria. 6. Como lugar de privilégio, a branquitude *não é* absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam relevante o privilégio racial, mas modulam ou modificam. 7. Branquitude é produto de história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquitude *têm camadas complexas e variam localmente e entre locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis*. 8. O caráter relacional e socialmente construído da branquitude *não significa, convém enfatizar, que esse e outros lugares raciais sejam irrealis em seus efeitos materiais e discursivos*. (p. 73)

A partir desses elementos, é possível delimitar um pouco mais esse conceito complexo de branquitude, lembrando o que afirma Schucman (2020): “as categorias sociológicas de etnia, cor, cultura e raça se entrecruzam, se colam e se descolam umas nas outras dependendo do país, região, história, interesses políticos e épocas que estamos investigando” (p. 60). Podemos entender a branquitude, portanto, muito mais como processo do que como fato dado. Uma identidade racial branca implica um lugar de privilégio estrutural, resultado de fatores históricos, que trazem consigo uma série de vantagens sociais, econômicas e de status, que contribuem para a manutenção do *status quo* e a reprodução do racismo.

Lourenço Cardoso (2010) também afirma que “a branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para a construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial ‘injusta’ e racismo” (p. 611).

A branquitude pode ser entendida como um lugar confortável, de onde olhamos os outros com uma lente, que não enxerga a si mesmo como raça. A branquitude como conceito aponta para o lugar do branco que se percebe como o padrão da humanidade, enquanto os outros são vistos como diferentes.

A partir dessa mínima conceituação sobre a branquitude, convém perguntar: como é para o branco se reconhecer nesse lugar? Partindo daí, inicio uma aproximação com a psicanálise e, mais especificamente, com o conceito de *Unheimlich*.

O *Unheimlich* da branquitude

Em meados de 1919, ainda às voltas com os efeitos da primeira guerra mundial, Freud reencontra, conforme carta escrita em maio desse mesmo ano e enviada a Ferenczi, um texto não finalizado: *Das Unheimlich*. Mas, a partir da leitura de sua obra, é possível afirmar que esse tema já vinha ocupando Freud, em 1913, quando ele escreveu “Totem e tabu”.

A discussão sobre o termo “*Unheimlich*”, que abre o trabalho, é feita através de um exercício linguístico de tradução da palavra em alemão para diversas outras línguas, buscando similaridades entre elas. Fazendo uma arqueologia do vocábulo, sua origem e diversas traduções, Freud afirma que, na própria palavra “*unheimlich*”, existe uma parte que é o “*heimlich*”, o familiar, o não estranho. Ao mesmo tempo em que vai apontando as várias oposições possíveis entre os termos, se dá conta do quanto um termo vai derivando para outro, e o outro para o um. Ele revela, então, que as relações entre *heimlich* e *unheimlich* se indeterminam, não compõem uma oposição simples. O *unheimlich* não é tão e simplesmente o oposto de *heimlich* – este último compõe o primeiro, e eles estão relacionados.

Nessa primeira parte escrita antes de “Totem e tabu”, ele acaba definindo o conceito como “o nome de tudo que deveria ter permanecido secreto e oculto, mas veio à luz” (Freud, 1919/1980b, p. 301).

O *heimlich*, portanto, aparece como algo que permanece familiar, oculto e o *unheimlich*, traduzido como o estranho, inquietante, como aquilo que aparece como revelado de forma surpreendente. Freud também faz uma ressalva, de que nem tudo que preenche essa condição de retorno do recalque pode ser entendido como estranho. Apenas aqueles conteúdos que deveriam ter permanecido “secrets”, mas, burlado o recalque, vêm à tona.

Entendo que seja possível nesse momento aproximar os temas. Poderíamos pensar a branquitude como esse *unheimlich*, que está presente no sujeito branco e, portanto, nada tem de novo ou alheio? Permanece apenas secreto, oculto? Sendo o recalque uma operação através da qual o sujeito procura repelir ou manter no inconsciente representações (pensamentos, imagens, recordações) que são ligadas a uma pulsão, podemos levantar a hipótese de que a branquitude e tudo que ela significa – poder, vantagem e dominação – possa ser esse *unheimlich* que o branco nega em si próprio?

É claro que o sujeito branco se sabe branco desde sempre, mas o quanto consegue se ver no lugar de privilégios que asseguram a manutenção e a perpe-

tuação do racismo? E aqui, não estou falando somente da branquitude ou do sujeito branco que manifestadamente tem atitudes de racismo. Falo do lugar da branquitude como Schucman (2020) apontou, como o lugar dos privilégios. E isso é o que talvez esteja aparecendo nesse momento, o lugar da branquitude que permaneceu escondido, mas tendo efeitos, principalmente efeitos na manutenção do racismo. Daí a importância de falarmos desse *unheimlich* que nos habita.

A partir desse “susto” de admitir a branquitude como esse *unheimlich* que nos habita, é possível abordarmos outro conceito que adquire relevância na aproximação que viemos fazendo: o conceito de negação. A começar pela própria expressão “*unheimlich*”, em que o prefixo “*un*” já denota negação, vemos esse conceito relacionar-se com o tema da branquitude e do racismo.

Freud, em seu texto de 1925, “A negativa”, nos diz que a possibilidade de um conteúdo ou pensamento recalcado encontrar caminho até a consciência pode ser somente com a condição de que ele seja negado; ao mesmo tempo em que sabemos que, no inconsciente, não há registro do não, tratando-se então apenas de uma recusa do conteúdo que está no inconsciente. Isto permite entender, então, que, ao negar algo, o sujeito está afirmando que se trata da existência de uma relação de sentido que ele preferiria reprimir. Assim, mais ainda a hipótese do *unheimlich* da branquitude parece fazer sentido, já que nega o que está posto nesse lugar: os benefícios, os privilégios, a manutenção do *status quo* e do racismo. Quando o sujeito branco afirma também não ser racista, penso que estamos nesse campo, ainda mais pelo que essa ideia traz junto consigo, porque o racismo, como nos diz Silvio Almeida (2018), é estrutural, está no tecido social e nos constitui. Além disso, a negação traz consigo a impossibilidade de se ocupar com o tema, que fica a cargo do negro.

Um dos caminhos para se compreender todos esses pontos e particularidades sobre o tema da branquitude, do *unheimlich* e do racismo, e quem sabe transformá-los, talvez seja não entender o racismo através de uma conotação moral. Nesse ponto, as contribuições de Grada Kilomba (2019) são de muito valor. Para a autora, o racismo é um processo psíquico, e que, portanto, exige trabalho, e não do campo da moral.

Uma sociedade que vive na negação, ou até mesmo na glorificação da história colonial, não permite que novas linguagens sejam criadas. Nem permite que seja a responsabilização, e não a moral, a criar novas configurações de poder e de conhecimento. (Kilomba, 2019, p. 12-13)

Entendo que, assim, poderemos caminhar para uma transformação disso que vivemos. Repensar, tensionar e aprofundar o debate é movimento mais que urgente. Não é uma questão de discutir de quem é a culpa pela escravidão, mas de refletir sobre os benefícios brancos colhidos por um mundo construído a partir do preconceito racial. Quebrando o pacto narcísico branco, denunciado por Bento (2002), ao reconhecer esse *Unheimlich*, e entender que somos parte do problema do racismo. E, portanto, que temos que estar na luta, juntos, repensando os privilégios da branquitude.

Whiteness, that Unheimlich that inhabits us

ABSTRACT *This article seeks to present some considerations about the concept of whiteness, as well as how it is interrelated with the concepts of race and racism. Then, a dialogue with psychoanalysis will be proposed, more specifically through Freud's text, Das Unheimlich, 1919.*

KEYWORDS *Whiteness; race; racism; psychoanalysis.*

Blancura, un Unheimlich que nos habita

RESUMEN *Este artículo busca presentar algunas consideraciones sobre el concepto de blancura, así como su interrelación con los conceptos de raza y racismo. A continuación, se propondrá un diálogo con el psicoanálisis, más concretamente a través del texto de Freud, Das Unheimlich, 1919.*

PALABRAS CLAVE *Brancura; raza; racismo; psicoanálisis.*

Referências

- Almeida, S. (2018). *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra.
- Bento, M. A. S. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. In I. Carone & M. A. S. Bento (Orgs.), *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* - 2ª ed., (pp. 13 – 24). São Paulo: Vozes.
- Cardoso, L. (2008). O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 - 2007). (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Portugal.
- Cardoso, L. (2010). Branquitude acrílica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, 8(1): 607-630.
- Fannon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas* (R. Silveira, trad.). Salvador: EdUFBA. (Original publicado em 1952).

Andréa B. C. Mongeló

- Freud, S. (1980a). Totem e tabu. In S. Freud, *Totem e tabu e outros trabalhos (1913-1914)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XIII, pp. 13 – 193). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1913).
- Freud, S. (1980b). O “estranho”. In S. Freud, *Uma neurose infantil e outros trabalhos (1917-1918)* (Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XVII, pp.273 – 318). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1919).
- Freud, S. (1980c). A negativa. In S. Freud, *O ego e o id e outros trabalhos (1923-1925)*(Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XIX, pp. 293 – 307). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1925).
- Guimarães, A. S. A. (1999). *Racismo e antirracismo no Brasil*. Rio de Janeiro: 34.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (J. Oliveira, trad.). Rio de Janeiro: Cobogó.
- Memmi, A. (2007). *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Original publicado em 1957).
- Ribeiro, D. (2019). *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schucman, L. V. (2020). *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Veneta.
- Souza, N. S. (1990). *Tornar-se negro* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Graal. (Original publicado em 1983).

Recebido: 21/06/2021

Aceito: 25/10/2021

Andréa B. C. Mongeló

Rua Primeiro de Março - Centro

São Leopoldo - RS - CEP: 93010-210

(51) 99981-8995

abcmongelo@hotmail.com